

O colégio jesuítico da Vila do Desterro e a expansão portuguesa no Atlântico Sul*

A escola para meninos da Vila do Desterro diferenciava-se bastante dos colégios jesuíticos estabelecidos nas grandes cidades litorâneas da América Portuguesa [...]. É fundamental assinalar que a pequena instituição escolar dos padres jesuítas da Vila do Desterro foi um sintoma de integração na política colonial metropolitana, pelo facto de a Companhia de Jesus ter sido a principal congregação católica que acompanhava a expansão dos domínios lusitanos na sua colónia americana.

Norberto Dallabrida

Professor titular de História da Educação da Universidade Estadual de Santa Catarina

No dia 18 de Março de 1748, aportaram na Ilhota de Anhatomirim os padres jesuítas Francisco de Faria e Bento Nogueira, com o intuito de fixar residência na Vila de Nossa Senhora do Desterro. Foram recebidos pelo governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes, que os acomodou numa casa que pertencia à Coroa e se localizava na praça principal da Vila do Desterro. O governador também lhes providenciou víveres – uma porção diária de peixe e, a cada sábado, carne, azeite e farinha – e des-tacou-lhes um indígena, que, juntamente com o escravo que os jesuítas haviam trazido do Rio de Janeiro, os servia nos afazeres domésticos.

A pedido da autoridade máxima da capitania, os padres missionários deram assistência espiritual e temporal à segunda leva de imigrantes açorianos que naquele momento chegava à Ilha de Santa Catarina, pelo facto de não estar acompanhada por sacerdote e boa parte padecer de escorbuto. Na Semana Santa daquele ano, os padres jesuítas pregaram missões e ouviram confissões na Vila do Desterro e em todas as fortalezas, proporcionando o cumprimento do preceito pascal. No mês de Outubro pregaram missões na Vila da Lagoa e, no início do ano seguinte, no litoral de Rio Grande de São Pedro¹.

* Este trabalho contou com a colaboração de Karine de Matos Borges.

¹ Apoio-me na narrativa, provavelmente feita pelo padre Bento Nogueira – um dos missionários que veio para Desterro –, em 1767, citada pelo his-

Por determinação de D. João V, os dois padres da Companhia de Jesus foram enviados à Ilha de Santa Catarina pelo seu superior no Brasil, padre Simão Marques, para dar atendimento religioso à população, que crescia de forma significativa com a imigração açoriana, e realizar “missões volantes” entre os Carijó, desde o rio São Francisco – localizado no norte da Capitania da Ilha de Santa Catarina – até ao lugar chamado “Cerro Azul” no território de São Pedro do Rio Grande². A decisão real de enviar religiosos à Ilha de Santa Catarina foi uma resposta à solicitação de governador José da Silva Paes, que numa missiva ao Rei, em 1747, afirmava que “resulta que nem os soldados satisfazem em todo o ano o preceito da missa, nem tem quem lhes administre os sacramentos, quando sucede falecer algum”³. No início de 1750, quando os padres jesuítas ainda realizavam missões em Rio Grande de São Pedro, o governador de Santa Catarina reclamava que os sacerdotes que tinham acompanhado os imigrantes açorianos na Ilha de Santa Catarina não davam assistência religiosa aos soldados nas fortalezas, sugerindo que se estabelecesse um “hospício de religiosos”, para que estes assumissem a função de capelães militares⁴.

Um colégio na Ilha de Santa Catarina

A provisão régia de 6 de Dezembro de 1750, já sob o reinado de José I, determinava a criação de um colégio jesuítico na Vila do Desterro, procurando, desta forma, responder à intermitente assistência religiosa na Ilha de Santa Catarina. O colégio seria mantido com parte dos dízimos recolhidos no litoral de Santa Catarina e de Rio Grande de São Pedro, de forma que cada religioso recebesse a cômputo de cinquenta mil réis por ano.

Em meados do ano seguinte, os dois padres que missionavam em Rio Grande de São Pedro voltaram à Ilha de Santa Catarina e dirigiram-se para o Rio de Janeiro. Todavia, chegou à Vila do Desterro o padre Paulo Teixeira, tornando-se o superior do colégio que iniciava as suas actividades⁵. A fundação do colégio marcou efectivamente o estabelecimento dos jesuítas na Ilha de Santa Catarina, pois a instituição escolar indicava residência fixa dos membros da Companhia de Jesus como vinha ocorrendo no litoral brasileiro, a partir do qual eram realizadas diversificadas obras de evangelização.

toriador português Serafim Leite, cf. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro e Lisboa, Livraria Portugália, 1945, t.VI, pp. 468-470.

² Estes objectivos são citados pelo cronista Bento Nogueira, cf. *ibidem*, p.469. Cerro Azul localizava-se no actual território do Uruguai.

³ Registro de Alvarás, Provisões e Cartas Régias – Livro 3º, fls. 75 e 75v, *apud* Osvaldo Rodrigues Cabral, *Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na Província*, Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1940, p. 8. Em verdade, o governador José da Silva Paes, em carta ao Rei, datada de 19 de Abril de 1741, observava a ausência de sacerdotes para atender os soldados na fortalezas e, para resolver o problema, sugeria o estabelecimento de um convento de capuchinhos, cf. Walter Fernando Piazza, *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1988. p. 132.

⁴ Cf. Carta de 9 de Janeiro de 1750, citada por Osvaldo R. Cabral, *op. cit.*, p. 9. A palavra hospício é utilizada para designar residência fixa ou hospedagem de religiosos.

⁵ Serafim Leite, *op. cit.*, pp.470-471. A passagem por Santa Catarina do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, em 1750, deve ter contribuído para determinar o estabelecimento do colégio da Companhia de Jesus na Ilha de Santa Catarina. Em 1749, o secretário do Estado Manoel António de Azevedo Coutinho comunicava ao governador da Ilha de Santa Catarina, Manoel Escudeiro Ferreira, que havia escrito ao governador do Rio de Janeiro sobre a fundação de um colégio jesuítico na Vila do Desterro, cf. Manoel António de Azevedo Coutinho, “Carta a Manoel Escudeiro Ferreira”, 20 Nov. 1749.

Segundo Serafim Leite, sacerdote jesuíta e historiador português, que se apoiou na Carta Ânua de 1754⁶, os padres da Companhia de Jesus actuavam em duas frentes de trabalho apostólico: no acolhimento e na doutrinação dos imigrantes açorianos e madeirenses, que na década de 1750 chegavam em diferentes levas, e no ensino da doutrina e das letras aos meninos. Além de trabalharem na Vila do Desterro, os discípulos de Inácio de Loyola pregavam e ministravam sacramentos nas povoações vizinhas na Ilha de Santa Catarina e no continente fronteiriço, que se estavam a formar com o afluxo da imigração em massa. O colégio que os padres jesuítas instituíram não tinha prédio próprio, mas funcionava na residência jesuítica, localizada no lado esquerdo da praça principal de Desterro – olhando da igreja matriz para a praia –, ao lado da casa onde funcionava a Câmara Municipal. Segundo a documentação da Companhia de Jesus, em 1754, a escola era frequentada por cinquenta alunos, “todos de exímia índole e propensos por si mesmos à piedade”⁷.

No entanto, segundo Osvaldo Rodrigues Cabral, “não se deu por satisfeito El-Rei com a existência do hospício e capelinha dos jesuítas, na Ilha; a sua vontade era que houvesse um verdadeiro colégio”⁸. A provisão régia de 16 de Outubro de 1754 determinava que o governador de Santa Catarina, José de Melo Manoel, suspendesse os mantimentos que eram doados aos dois padres jesuítas, mantendo somente as suas cóngruas anuais. A atitude de D. José I – que era assessorado pelo futuro Marquês de Pombal – em relação à actuação dos jesuítas em Desterro pode ser lida como um sintoma da política anti-jesuítica do pombalismo, que passaria a dominar a cena política e religiosa na década de 1750. Não se têm notícias sobre o desdobramento da escola dos jesuítas de Desterro, muito menos informações acerca das suas práticas pedagógicas e do perfil do alunado que a frequentava, com excepção do marcador social género, pois os alunos eram do sexo masculino, como vinha ocorrendo nas instituições educativas jesuíticas, bem como nos colégios europeus durante o Antigo Regime.

Expulsão dos jesuítas

Em 1758, por determinação da Coroa portuguesa, os dois jesuítas que residiam na Vila do Desterro foram enviados para o Rio de Janeiro. O Aviso do Secretário de Estado Thomé Joaquim da Costa Corte-Real, de 31 de Janeiro desse ano, constatava que os jesuítas vinham transgredindo leis divinas e humanas e praticando violências contra os índios e comunicava a seguinte ordem ao Governador da Ilha de Santa Catarina José de Melo Manuel:

faça imediatamente embarcar para a cidade do Rio de Janeiro a todos os [jesuítas] que nela [na Vila do Desterro] se acharem, substituindo-se os seus ministérios por sacerdotes do hábito de São Pedro, não dando Vossa Mercê mais entrada a algum deles, ou seja, português ou castelhano, e sequestrando todas as cartas que quaisquer deles mandarem aos outros⁹.

⁶ Carta Ânua, tradução do latim de “Litterae Annue”, era a crónica feita anualmente pelas residências ou colégios da Companhia de Jesus, escrita em latim e que procurava informar das actividades apostólicas das comunidades jesuíticas.

⁷ Serafim Leite, *op. cit.*, p.471.

⁸ Osvaldo Rodrigues Cabral, *op. cit.*, p.16.

⁹ Aviso de Thomé Joaquim da Costa Corte R. ao governador José de Melo Manuel, em 31 de Janeiro de 1758.

Em meados desse mesmo ano, o Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina comunicou às autoridades portuguesas que a ordem de enviar os dois jesuítas tinha sido executada e que os seus bens haviam sido entregues ao Provedor da Fazenda Real¹⁰. A deportação dos dois padres da Vila de Desterro, a proibição da entrada de outros membros da Companhia de Jesus na Ilha de Santa Catarina e o controle da sua correspondência faziam parte da política anti-jesuítica do Marquês de Pombal, que se colocou a partir de Tratado de Madrid (1750) e se exacerbou com a tentativa de regicídio em Setembro de 1758¹¹.

No ano seguinte, quando foi decretada a supressão da Companhia de Jesus do Reino de Portugal e nos seus domínios coloniais, os jesuítas que actuavam na América Portuguesa foram enviados para a metrópole para, a partir dali, serem banidos do território lusitano. As propriedades da Companhia de Jesus em Portugal e nos seus domínios, que eram grandes tanto nas áreas urbanas como no meio rural, foram expropriadas pelo Estado.

A expulsão dos jesuítas da América Portuguesa teve um respingo curioso na Capitania da Ilha de Santa Catarina: a detenção do desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo na Fortaleza Santa Cruz do Anhatomirim, por não ter cumprido imediatamente as determinações pombalinas. Na sua passagem pela Ilha de Santa Catarina em 1763, o navegador francês Dom Pernetty manteve contacto com o ilustre prisioneiro por meio de seu secretário – que falava francês – e afirmou:

No relato que nos fez [o secretário] das causas da detenção do prisioneiro, desculpou-se o tanto que pôde, dizendo-nos que sua culpa na verdade era não ter executado imediatamente as ordens da Corte, pois o Arcebispo, que era a favor dos jesuítas, o havia impedido, assegurando-nos ter recebido por sua vez, ordens contrárias¹².

Por determinação oficial, em 18 de Agosto de 1760, os bens da Companhia de Jesus em Desterro – casa, capelinha, ornamentos, alfaias, entre outros – foram entregues ao bispo do Rio de Janeiro, a cuja jurisdição pertencia a freguesia de Nossa Senhora do Desterro. A capelinha e a casa dos jesuítas foram emprestadas à igreja matriz, tornando-se residência do seu clero secular¹³. A residência fixa ou “hospício” da Companhia de Jesus na Vila do Desterro e sua “escola para meninos” tiveram vida curta, sendo peremptoriamente encerradas pela determinação real, sustentada pela obstinação do Marquês de Pombal. Ao referir-se à “casa-colégio” dos jesuítas em Desterro, Serafim Leite afirma que se tratou de uma “árvore nova derrubada pela tormenta”. Aliás, a tormenta pombalina derrubou, em curto espaço de tempo, a principal rede escolar na América Portuguesa.

Com a saída dos jesuítas não foram criadas instituições educativas em Desterro, pois, no início do século XIX, o governador Paulo José Miguel de Brito afirmava que na Capitania de Santa Catarina

¹⁰ Extracto de uma carta do Governador da Ilha de Santa Catarina, que chegou a Lisboa em 22 de Julho de 1758.

¹¹ Sobre o conflito entre os jesuítas e o Marquês de Pombal, ver Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, especialmente o capítulo 4. Em relação ao Brasil, ver Kenneth Maxwell, “A Amazônia e o fim dos jesuítas”, *Folha de S. Folha*, São Paulo, 26 Ago 2001, *Mais!*, pp.14-17.

¹² Paulo Berger (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1984. p. 81.

¹³ Osvaldo R. Cabral, *op. cit.*, pp.17-18.

não há colégios, nem seminários; apenas um Professor Régio de Gramática Latina na Vila Capital e algumas escolas de primeiras letras são os únicos meios de instrução que couberam em partilha a estes desgraçados povos, que pela maior parte fora das vilas não sabem ler, nem escrever¹⁴.

A política pombalina substituiu os colégios jesuíticos por “aulas régias” tanto em Portugal como nas áreas coloniais. Na América Portuguesa, apesar de certa resistência, as aulas régias foram instituídas na segunda metade do século XVIII e o professor de latim de Desterro citado pelo governador Miguel de Brito é um exemplo dessas aulas¹⁵. Por outro lado, neste período, em algumas freguesias, há alguns sinais que indicam a existência de alguns mestres-escola que ensinavam a ler-escrever-contar, que não foram devidamente estudados pela historiografia catarinense¹⁶.

Expedições missionárias anteriores

Apesar da fixação dos jesuítas na Ilha de Santa Catarina ter sido bastante curta e modesta em relação à presença efectiva e prolongada da Companhia de Jesus no litoral nordestino e norte da América Portuguesa, significou um avanço significativo em relação à estada intermitente da Companhia de Jesus por meio de expedições missionárias. Desde meados do século XVI, missionários jesuítas realizavam várias incursões no litoral sul do Brasil – a chamada “Terra dos Carijó” – em que a Ilha de Santa Catarina geralmente era visitada. O primeiro jesuíta que esteve no litoral catarinense foi o padre Leonardo Nunes, em 1553, sendo apelidado pelos indígenas de “Abaré-bebé” – isto é, padre que voa – devido à sua agilidade como missionário¹⁷.

Em 1635 passaram pela Ilha de Santa Catarina os padres Francisco de Moraes e Inácio de Sequeira, como parte integrante da sua “missão aos carijós”. De acordo com Serafim Leite, o segundo padre produziu o primeiro relato de viajantes estrangeiros sobre a Ilha de Santa Catarina, onde constatou que ela era mais deserta do que o Monte Sinai e nela “a gloriosa Virgem reside só no nome”. Se não há documentação comprobatória da vinda de jesuítas com Francisco Dias Velho, sabe-se que, em 1722, o Ovidor passou pela Ilha de Santa Catarina acompanhado de um padre jesuíta residente em Paranaguá. Este sacerdote presenciou um conflito entre o vigário e a população local e constatou a existência de duas aldeias de indígenas alheios à fé cristã¹⁸.

A Capitania da Ilha de Santa Catarina

O estabelecimento dos jesuítas na Vila do Desterro e a instituição de sua escola para meninos fazia parte da nova paisagem social da Ilha de Santa Catarina que se

¹⁴ Paulo José Miguel de Brito, *Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina*, Lisboa, Typografia da Academia Real de Ciências, 1829. p. 72.

¹⁵ Sobre as aulas régias de latim, grego e retórica instituídas pelas reformas pombalinas, consultar Laerte Ramos de Carvalho de Carvalho, *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, São Paulo, Saraiva, 1978.

¹⁶ Nereu do Vale Pereira cita o caso de Marcelino Antônio Dutra, que, em 1830, na Freguesia do Ribeirão da Ilha, substituiu o falecido professor Belarmino, cf. Nereu do Vale Pereira, “Uma panorâmica dos primórdios da educação escolar na Ilha de Santa Catarina”, in Idem (Org.), *A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente*, Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. v. 2. p.173.

¹⁷ Osvaldo R. Cabral, *op. cit.*, p. 10.

¹⁸ Serafim Leite. *op. cit.*, pp. 464-467.

formava em meados do século XVIII. Como parte integrante da expansão territorial do Império Português no Atlântico Sul, sinalizada com a fundação da Colônia do Sacramento no final do século XVII, foi criada, em 1738, a Capitania da Ilha de Santa Catarina, cuja capital passou a ser a Vila de Nossa Senhora do Desterro. O seu primeiro governador, o brigadeiro José da Silva Paes, empenhou-se na edificação de um sistema de fortificações na Ilha de Santa Catarina e no continente fronteiriço, e na criação do Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina. Silva Paes, com larga experiência em engenharia militar em Portugal e no Brasil, afirmou que “sem gente que as guarressa, [as fortalezas] são corpos sem alma” e envidou esforços no sentido de povoar o litoral catarinense com imigrantes portugueses¹⁹.

Entre 1748 e 1756, aproximadamente 6.000 imigrantes provenientes das ilhas dos Açores e da Madeira estabeleceram-se na Ilha de Santa Catarina e no continente fronteiriço, transformando o desenho social do litoral catarinense. O impacto demográfico foi significativo, pois nesse momento a Capitania contava com uma população de 4.194 habitantes e a massa dos imigrantes açorianos representou um aumento de 140% da população. As primeiras levas de imigrantes foram fixadas na Ilha, mas depois a colonização tomou o rumo do litoral catarinense e rio-grandense. Este povoamento da fronteira sul do Brasil, tendo como referência a Ilha de Santa Catarina, foi realizado a partir de uma política de povoamento colocada em marcha pelo governo de D. João V. O deslocamento da massa de imigrantes das ilhas dos Açores e da Madeira foi, em boa medida, estimulado pela divulgação de promessas da Coroa portuguesa em relação ao transporte marítimo e às instalações nas novas terras, que em parte não foram cumpridas²⁰.

A criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina, a edificação do sistema de fortificação e o povoamento português, proporcionaram a integração do litoral catarinense no Antigo Sistema Colonial. No entanto, esta integração não se processou por meio da produção de bens agrícolas demandados pela metrópole portuguesa – especialmente o açúcar – e de ouro, mas foi realizada a partir de motivos político-militares. A Ilha de Santa Catarina configurou-se como uma fortaleza lusitana, em que os seus esforços económicos e políticos foram direccionados para objectivos militares da Coroa portuguesa no Atlântico Sul. A produção agrícola, especialmente a farinha de mandioca, era utilizada sobremaneira para alimentar os soldados que guardavam as fortalezas e a incipiente burocracia administrativa e militar. Boa parte dos imigrantes açorianos e seus descendentes foram deslocados para atender funções militares, prejudicando o incremento de actividades agrícolas e comerciais.

O aumento populacional viabilizado pela imigração açórico-madeirense proporcionou o desdobramento da organização social. Desta forma, além do fortalecimento da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro – que havia sido criada em 1730 –, cujo sinal arquitectural foi a construção da nova igreja matriz, outras freguesias foram estabelecidas na Ilha de Santa Catarina, como as de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e de Nossa Senhora das Necessidades e Santo António, e, no continente fronteiriço, as de São Miguel e São José. As novas comunidades nuclearam-se em torno das

¹⁹ Sobre a actuação militar do Brigadeiro José da Silva Paes no Império Português e na Capitania da Ilha de Santa Catarina, consultar Walter F. Piazza, *O Brigadeiro José da Silva Paes*.

²⁰ Em relação à imigração açoriana e madeirense, apoio-me nos seguintes trabalhos: Walter Fernando Piazza, *A epopéia açoriana (1748-1758)*, Florianópolis, Conselho Estadual de Cultura, 1987; Maria Bernardete Ramos Flores, *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*, Florianópolis, Editora da UFSC, 2000.

igrejas, que eram ao mesmo tempo instituições eclesiais e civis, algumas delas atendidas por sacerdotes de origem açoriana, que haviam acompanhado o êxodo de seu povo. A vida social foi incrementada também com a fundação de irmandades e ordens terceiras, como a Ordem Terceira da Penitência, criada em 1744, e a Irmandade do Senhor dos Passos, instituída duas décadas depois, que passaram a dominar as práticas católicas, em que se destacavam as festas e as procissões.

O estabelecimento dos padres jesuítas na Vila do Desterro também significava integração da Ilha de Santa Catarina na área litoral dinâmica da América Portuguesa. A Companhia de Jesus fora parte integrante do processo de povoamento da colônia lusitana no Novo Mundo, pois os seus primeiros membros chegaram, em 1549, junto com o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa. Chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega e animados pelo fervor catequético do padre José de Anchieta, os jesuítas marcaram presença no litoral brasileiro, por meio da catequese dos indígenas e do ensino nos colégios. Como missionários, participaram da expansão sertaneja do domínio lusitano em torno do rio São Francisco, juntamente com outras ordens religiosas, entre as quais os capuchinhos, oratorianos e franciscanos. No Estado do Maranhão, os jesuítas tiveram actuação singular, pelo facto de realizarem um projecto missionário autónomo em relação à Coroa portuguesa, que se assemelhava à experiência dos Sete Povos das Missões. Até a sua expulsão da América Portuguesa, a Companhia de Jesus marcara presença nos principais movimentos de expansão colonial, com excepção da região aurífera das Minas Gerais nos oitocentos, onde prevaleceram as irmandades laicas e o clero secular²¹.

Os colégios jesuíticos

Os colégios jesuíticos localizaram-se nas cidades e vilas litorâneas, com raríssimas excepções, como o Colégio São Paulo, implantado no interior da área colonial. Em 1759, quando a Companhia de Jesus foi suprimida, tinha dezoito colégios que constituíam a principal rede escolar do território colonial português no Novo Mundo. No entanto, é fundamental acentuar que os colégios jesuíticos eram diferenciados, de acordo com a sua localização e a sua relação com a metrópole portuguesa. Em primeiro lugar, destacavam-se os chamados colégios reais, que eram subsidiados pela Coroa portuguesa, com o intuito de formar quadros eclesiásticos para a evangelização dos indígenas. Além de receber apoio financeiro da Coroa, esses colégios gozavam de concessões especiais, como isenção de impostos e isenções na alfândega²². Além dos colégios reais, havia uma série de colégios jesuíticos de menor porte e algumas “casas-colégios”, ou seja, escolas de ler e escrever, que funcionavam nas residências dos padres jesuítas. Às vezes as “casas-colégios” eram o embrião do futuro colégio jesuítico ou geralmente localizavam nas fronteiras do território colonial, como foi o caso da “escola de meninos” da Vila do Desterro²³.

²¹ Eduardo Hoornaert, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*, Petrópolis, Vozes, 1983, pp. 42-103.

²² Beatriz Vasconcelos Franzen, “Os colégios jesuíticos no Brasil: educação e civilização na Colônia (1549-1759)”, *Brotéria* 155 (2002), 72-73.

²³ F. M. de Madureira, *A liberdade dos índios. A Companhia de Jesus. Sua Pedagogia e resultados*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929. v. II. pp. 389-405.

Entre as instituições escolares da Companhia de Jesus, apenas três tinham o “status” de colégios reais: o Colégio da Bahia, fundado em 1556, o Colégio do Rio de Janeiro, instituído em 1568 e o Colégio de Olinda, criado em 1576. Os três foram estabelecidos na segunda metade do século XVI e localizavam-se na área colonial litorânea, onde se efetuava a vinculação nevrálgica da América Portuguesa com a política colonial lusitana. Esses colégios, bem como aqueles localizados na metrópole, deveriam seguir as orientações curriculares do Real Colégio das Artes de Coimbra, também dirigido pela Companhia de Jesus, considerado o padrão para todo o Império português. Os egressos desses colégios geralmente faziam cursos superiores na Europa, principalmente na Universidade de Coimbra, de forma que aqueles alunos que se destinavam à vida religiosa cursavam Filosofia e Teologia, enquanto os outros se formavam em Direito ou Medicina²⁴.

O primeiro e principal colégio dos jesuítas na época colonial brasileira foi o Colégio da Bahia, localizado em Salvador, sede do governo metropolitano. Seguindo as orientações da “Ratio Studiorum”, o currículo do colégio priorizava o ensino das línguas e literaturas clássicas: o latim, com destaque para Virgílio e Cícero, e a língua grega, que somente foi introduzida no século XVII. A língua portuguesa era falada nos recreios e feriados e provavelmente nos primeiros anos de estudo e a chamada “língua brasílica” – o tupi – fora introduzida em 1560, por determinação do padre provincial, baseada na “Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil”, elaborada pelo padre José de Anchieta. O ensino de tupi fora introduzido com o objectivo de formar os futuros padres jesuítas, cuja principal missão era catequizar os indígenas. O Colégio da Bahia proporcionava estudos superiores, que deveriam ser complementados nas universidades portuguesas, como analisa a historiadora Beatriz Vasconcelos Franzen:

Apesar de nunca ter sido elevado à condição de Universidade, o colégio da Bahia, na prática, era-o, pois possuía quatro Faculdades superiores e concedia graus acadêmicos. Porém, a complementação dos estudos devia ser feita em Portugal. “Concentrar os estudos no Reino” era a política portuguesa, dessa forma atendia-se à orientação do Conselho Ultramarino que considerava que a dependência das colônias em relação à metrópole se sustentava na necessidade de ir estudar em Portugal²⁵.

Os colégios dirigidos pelos jesuítas na América Portuguesa pautavam suas práticas educativas na “Ratio Studiorum”, o método pedagógico da Companhia de Jesus, oficializado em 1599 com o intuito uniformizar a cultura escolar jesuítica. Desde meados do século XVI, a Companhia de Jesus constituiu uma rede escolar que se disseminou no continente europeu, no Oriente e no Novo Mundo, acompanhando os novos espaços de evangelização abertos pela expansão marítima e respondendo aos desafios colocados pelas reformas protestantes. Essa rede escolar emergiu de forma meteórica e a nível mundial e demandava homogeneização, apesar de estar enraizada em diferentes realidades culturais. A “Ratio Studiorum” é um código educativo composto por 467 regras, aglutinadas em 30 conjuntos, dirigidas aos agentes

²⁴ Beatriz V. Franzen, *op. cit.*, 72-66.

²⁵ *Ibidem*, 80-81.

educativos e instituições escolares jesuíticos. As regras abordam a administração, o plano de estudo, o método e a disciplina escolares, sendo dirigidas às três “classes” do ensino jesuítico – classes inferiores, Filosofia e Teologia –, que tinham princípios pedagógicos comuns²⁶.

Grosso modo, as estratégias educativas prescritas pela “Ratio Studiorum” foram colocadas em marcha nos colégios jesuíticos na América Portuguesa. Devido à condição colonial e periférica, provavelmente não foi possível estabelecer instituições educativas com o rigor disciplinar europeu. A maquinaria escolar jesuítica previa a escansão do tempo, o controle do espaço, o incitamento ao trabalho regular por meio de exercícios, a existência de hierarquia escolar, a emulação, a vigilância panóptica, os castigos físicos e morais. Neves afirma que nos colégios reais do século XVI, “as formas pedagógicas eram rigorosamente determinadas e previstas as durações. [...] Havia horas determinadas para o início das aulas e tempos fixos: duas horas pela manhã e duas horas pela tarde”²⁷. Aos sábados havia disputas entre os alunos, uma estratégia inventada nos primeiros colégios da Companhia de Jesus e posteriormente inscrita na “Ratio Studiorum”, tendo por escopo o estímulo ao trabalho escolar intenso. O regulamento do Seminário de Belém da Cachoeira – fundado na Bahia em 1687, em regime de internato – prescrevia divisão rígida do tempo, alternando horas de trabalho escolar e pausas estratégicas, determinação da ocupação espacial e previsão de orações e exame de consciência diário²⁸.

A concorrência entre os alunos estava conectada com o sistema de classificação e premiação prescrito na pedagogia jesuítica, contrastando com as práticas educativas medievais. Assim, além das disputas hebdomadárias, que destacavam os melhores, havia a premiação anual, mediante a realização de provas, examinadas por uma banca de três professores. Os resultados eram anunciados nas festas anuais que concediam os graus acadêmicos, caracterizadas pela pomposidade que quebrava a rotina nas terras coloniais.

Por outro lado, a maquinaria escolar jesuítica empregava punições morais e físicas aos comportamentos que se desviavam da normalidade planejada e desejada. Os castigos morais consistiam geralmente de repreensões, reclusões e privação dos recreios, indicando medidas disciplinares próprias da pedagogia moderna que visava sobremaneira marcar a alma dos alunos.

No entanto, os castigos físicos continuaram a ser empregados nos colégios da Companhia de Jesus e posteriormente prescritos na “Ratio Studiorum”. Essa prática educativa era vista como último recurso, quando “as boas palavras e exortações” esgotavam a sua capacidade de coerção. Segundo a “Ratio”, os castigos físicos deveriam ser aplicados pelo “corrector”, alguém de não pertencesse à Companhia de Jesus, de forma que nenhum professor jesuíta tocasse ou maltratasse o corpo dos alunos. Neves constata que a presença do corrector nos colégios jesuíticos da América Portuguesa – e inclusive a utilização do “tronco” – e chama atenção para a existência da relação entre tipos de castigos e idade:

²⁶ Sobre a “Ratio Studiorum”, ver, Norberto Dallabrida, “Moldar a alma plástica da juventude: A *ratio studiorum* e a manufatura de sujeitos letrados e católicos”, *Brotéria* 155 (2002), 451-466.

²⁷ Luiz Felipe Baeta Neves, *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e representação cultural*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, pp. 142-143.

²⁸ Ilário Govoni, “Os 400 anos da Ratio Studiorum: uma experiência pedagógica no Brasil Colonial”, *Revista de Educação CEAP*, n. 25 (Jun. 1999), 71-72.

Assim, os “estudantes externos” compreendiam: estudantes menores – podiam ser açoitados; estudantes médios – podiam ser “palmatoados”; estudantes grandes – não podiam ser açoitados, nem palmatoados; seriam apenas repreendidos, primeiro em particular, depois em público. A escala é cronológica e se articula com uma ideologia evolucionista das “idades” em que o acúmulo de anos, o crescimento cronológico são sinônimos de amadurecimento, de experiência, de maior compreensão do “mundo”²⁹.

Para ser eficaz, a maquinaria escolar jesuítica necessitava de uma hierarquia escolar bem definida e detalhada, geralmente constituída de professores, inspectores – chamados de padres prefeitos –, reitor – o director do colégio – e os inspectores metropolitanos. Esse corpo docente e dirigente viabilizava a vigilância escolar e produzia o registro escrito detalhado do fazer educativo, transformando a massa estudantil num corpo discente. Nos colégios da Companhia de Jesus, o olhar panóptico de todos para todos era ajudado pela arquitectura linear, que permitia ver em detalhe os comportamentos, em particular aqueles que se desviavam da lei e da norma. O registro escrito também se constitui numa estratégia de regulação escolar, na medida em que produz a memória de papel, geralmente mais eficiente e contundente que a memória oral. Ademais, constata-se que nos colégios jesuíticos, especialmente em Olinda e na Bahia, foram instituídas “companhias de estudantes”, milícias discentes que combateram piratas franceses e ingleses e os invasores holandeses³⁰.

Funções dos colégios

Os colégios jesuíticos das cidades litorâneas tinham a função de educar a elite religiosa e civil lusitana da América Portuguesa, contribuindo para construir a colonização cultural. Em primeiro lugar, os colégios da Companhia de Jesus eram destinados à formação do seu clero e isto verificou-se tanto na Europa como nas áreas coloniais. Nos primeiros anos de existência da congregação chefiada por Inácio de Loyola, a preocupação com os colégios emergiu da necessidade intra-institucional de proporcionar formação regular aos seminaristas jesuítas. Contudo, pressionada pelo avanço das religiões protestantes e das guerras de religião do século XVI, a Companhia de Jesus passou a admitir alunos externos nos seus colégios, transformando-os em trincheiras católicas, especialmente após o Concílio de Trento. Na América Portuguesa, os colégios jesuíticos passaram a admitir filhos de portugueses e alguns mestiços que não pretendiam seguir a carreira clerical, mas a sua função primordial era produzir o clero que actuaria na catequização dos indígenas. Se em Portugal³¹ – e no continente europeu – os colégios jesuíticos foram instituídos para combater as heresias modernas que grassavam e reduziam o território católico, na América Portuguesa eles tiveram sobremaneira a função social de preparar quadros eclesiásticos para a outra frente de batalha: a conversão do “gentio”.

²⁹ Luis F. B. Neves, *op. cit.*, pp. 151-152.

³⁰ F. M. Madureira, *op. cit.*, p.391-3933. Beatriz. V. Franzen, *op. cit.*, p. 80.

³¹ Segundo Sebe, em Portugal, os jesuítas assumiram os principais colégios, como os de Coimbra, de Évora e de Lisboa, combatendo a influência protestante. Nesta direcção, afirma: “O Colégio das Artes foi entregue aos padres da Companhia de Jesus após a crise de 1555, quando os professores manifestaram tendências luteranas e foram depostos”, cf. José Carlos Sebe, *Os jesuítas*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 53.

Entre os membros da Companhia de Jesus, pode-se destacar a figura de António Vieira, que estudou e foi professor no Colégio da Bahia. Sobre ele, diz padre Madureira:

O padre Antonio Vieira, com aquele estilo e aquela eloquência, nada mais foi do que um fruto admirável dos jesuítas. Vindo para o Brasil pequenino, só voltou a Lisboa quando era o grande Vieira. Tudo e tudo deveu ao Colégio da Bahia³².

Mas também os padres jesuítas Simão de Vasconcelos, egresso do Colégio da Bahia, reitor do Colégio do Rio de Janeiro e autor da “Crônica da Companhia”, André João Antonil, autor de “Cultura e Opulência no Brasil”, e Bartolomeu Lourenço de Gusmão, chamado de “padre voador”, por ter inventado um balão aerostático. Seu irmão, Alexandre de Gusmão (sobrinho), que estudou no Colégio de Santos e foi diplomata e secretário de D. João V, era sobrinho do padre jesuíta e escritor Alexandre de Gusmão. Entre os egressos dos colégios jesuíticos que não seguiram carreira eclesiástica também pode-se destacar o poeta satírico Gregório de Mattos Guerra – irmão de Eusébio de Mattos, padre e escritor –, os escritores Cláudio Manuel da Costa e José Basílio da Gama e o astrónomo José Monteiro da Rocha, um dos mentores da reforma pombalina da Universidade de Coimbra.³³

Mais do que uma simples instituição escolar, o colégio jesuíta na época colonial brasileira constituiu-se numa verdadeira base para a catequização dos povos indígenas, tanto das missões volantes como dos aldeamentos. Por exemplo, os aldeamentos do Recôncavo Baiano tinham o seu ponto de referência no Colégio da Bahia de Salvador e aqueles do Norte do Brasil tinham como base o Colégio São Luiz do Maranhão e Colégio Santo Alexandre de Belém do Pará. A escola para meninos da Vila do Desterro – como foi citado acima – era o ponto de apoio para as missões volantes dos padres jesuítas entre os Carijó. Laura de Mello e Souza afirma que os colégios jesuíticos, bem como os conventos e as fortalezas militares, eram “locais de sociabilidade e do exercício de uma privacidade possível”, convertendo-se em locais privilegiados de repouso para os viajantes.³⁴

Sustentação dos colégios

Ademais, os colégios jesuíticos possuíam propriedades produtivas, que lhes davam sustentação económica, quando não recebiam subsídios reais ou mesmo quando esses atrasavam, geralmente por causa dos conflitos entre as autoridades metropolitanas e os jesuítas. Em relação às propriedades dos três colégios reais da América Portuguesa, a historiadora Beatriz Vanconcelos Franzen comenta:

Para sua subsistência, o colégio [de Olinda] possuía além do próprio solar, três lotes de terra, um oriundo de uma sesmaria, outro, comprado e um terceiro, doado. [...] o colégio do Rio de Janeiro e o da Bahia também pos-

³² F.M. Madureira, *op. cit.*, pp. 390-391.

³³ *Ibidem*, pp. 394-400.

³⁴ Laura de Mello e Sousa, “2 Formas provisórias de existencia: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, in Idem (Org.), *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 61.

suíam grandes bens tais como fazendas, quintas, propriedades urbanas, doadas ou adquiridas. Mem de Sá foi um dos grandes doadores do Colégio da Bahia. Mais tarde, descendentes de seu sobrinho, Salvador Correia de Sá, primeiro governador do Rio de Janeiro, também muito ligado aos jesuítas, fizeram muitas doações [...]³⁵.

A principal fonte de sustento dos colégios da Companhia de Jesus eram as grandes propriedades rurais como os engenhos de cana-de-açúcar que utilizavam a mão-de-obra escrava ou fazendas de gado vacum. Vera Lúcia Amaral Ferlini afirma que o engenho de Sergipe do Conde, na Bahia, que pertencia à Companhia de Jesus, era de grande porte e tinha uma organização administrativa mais complexa que os engenhos de leigos, contando com a figura do “escrivão”, que controlava os estoques e os registava nos livros de controlo³⁶. O Colégio-Seminário de Paranaguá, em 1757, era sustentado pelas fazendas de Curitiba e de Pitanguí, que criavam cavalos e gado vacum e tinham quarenta escravos cada; de Superagui e do Rocio, que produziam farinha de mandioca, legumes e peixe seco e a Fazenda de Morretes, que tinha a mineração do ouro como actividade principal, realizada por dez escravos³⁷. No chamado Estado do Grão-Pará e Maranhão, a Companhia de Jesus tinha considerável actividade comercial, onde os produtos amazónicos como drogas nativas, cravo, cacau e canela eram recolhidos nos armazéns dos colégios jesuíticos e exportados para metrópole. Kenneth Maxwell constata que “somente na ilha do Marajó os jesuítas administravam fazendas que continham mais de cem mil cabeças de gado e propriedades rurais produtoras de açúcar”³⁸.

A escola para meninos da Vila do Desterro diferenciava-se bastante dos colégios jesuíticos estabelecidos nas grandes cidades litorâneas da América Portuguesa, que tinham estrutura física e pedagógica adequada e eram mantidos com recursos da Coroa e/ou com rendimentos dos engenhos ou fazendas da Companhia de Jesus. No entanto, é fundamental assinalar que a pequena instituição escolar dos padres jesuítas da Vila do Desterro foi um sintoma de integração da Ilha de Santa Catarina na política colonial metropolitana, pelo facto de a Companhia de Jesus ter sido a principal congregação católica que acompanhava a expansão dos domínios lusitanos na sua colónia americana. Os jesuítas estiveram presentes no projecto de dilatação do domínio lusitano na sua fronteira sulina, por meio da fundação de colégios em pontos estratégicos, como na Colónia do Sacramento, em 1717, e no litoral paranaense, aproximadamente duas décadas depois.

O colégio jesuítico da Vila do Desterro foi instituído oficialmente no final do ano de 1750, após a assinatura do Tratado de Madrid a 13 de Janeiro daquele ano, em que os portugueses entregaram aos espanhóis a Colónia do Sacramento e, em troca, ganharam as terras dos Sete Povos das Missões. Apesar de ter tido vida curta, tornou-se o colégio da fronteira sulina, como parte integrante da ocupação política e militar da Ilha de Santa Catarina, ligada à expansão portuguesa no Atlântico Sul, da qual faziam parte a criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina, a construção do sistema de fortificação e a imigração açórico-madeirense.

³⁵ Beatriz V. Franzen, *op. cit.*, p. 75.

³⁶ Vera Lúcia Amaral Ferlini, *A civilização do açúcar – séculos XVI-XVII*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 29-62.

³⁷ Serafim Leite, *op. cit.*, p. 455.

³⁸ K. Maxwell, *op. cit.*, p. 58.